



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 03/2020

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no **CNPJ/MF** sob o nº. **88.861.430/0001-49**, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Marcus Vinicius Muller Pegoraro**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes nº 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **FRANCISCO TAVARES DA CUNHA GUIMARÃES FILHO** **CNPJ/MF** sob nº 34.159.650/0001-04, entidade localizada na Rua Luiz Lorea nº 557, Bairro Centro, CEP: 96.200.350 em Rio grande/RS, neste ato representado por Francisco T.da C. G. Filho, inscrito no CPF sob nº 917.292.970-72, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem e conforme prevê a **Dispensa de Licitação nº 69/2020**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE INTERNAÇÃO DA SENHORA M. C. S. S. OBECECENDO ORDEM JUDICIAL Nº 042/1.18.0001879-6 (CNJ: 0003512-73.2018.8.21.0042) DA PRIMEIRA VARA JUDICIAL** referente à **Dispensa de Licitação nº 69/2020**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde.

| ÓRGÃO | Projeto | Elemento de Despesa |
|-------------------------------|---------|---------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 2370 | 33.90.39.99.03.00 |

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Os serviços serão prestados pelo valor mensal de **R\$ 1.668,50 (Um Mil Seiscentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta centavos)**, num total de **R\$ 18.353,50 (Dezoito mil, trezentos e Cinquenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)**.

3.1.1. O pagamento será realizado mensalmente sendo que o primeiro pagamento será efetuado no 5º dia útil ao mês subsequente ao início da internação, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais.

3.2. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

3.3. Estão incluídos os encargos sociais, impostos, taxas, sem acarretar ônus para a municipalidade.

3.5. Os valores estipulados no presente contrato são irrevogáveis, salvo por fato superveniente devidamente comprovado e deferido pelo município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O presente contrato terá vigência de **11 (onze)** meses a contar da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DO SERVIÇO

5.1. O início da prestação de serviços será a partir da data de assinatura deste contrato.

5.2. Se a qualidade do serviço não corresponder às especificações solicitadas, estes serão rejeitados, aplicando-se as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A Contratada obriga-se a executar o objeto do presente contrato, sempre em regime de atendimento à fiscalização do preposto do Contratante, dispondo este de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a sub-contratação total ou parcial da execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA



8.1 - São obrigações da contratada:

- a) A contratação de monitores e pessoais administrativos indispensáveis ao pleno e regular funcionamento da instituição;
- b) Prestar atendimento indispensável aos internos da Associação;
- c) Dar aos internos acompanhamento clínico e psicológico, alimentação adequada..
- d) Oferecer instalações físicas em condições adequadas, de higiene, salubridade e segurança, sendo seu quadro constituído por profissionais qualificados em suas respectivas atividades;
- e) Encaminhar os internos para a recuperação, viabilizando a reintegração;
- f) Acompanhar, orientar e apoiar os familiares;

8.2. A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto ora contratado, isentando o contratante de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento dos respectivos produtos.

8.3. A Contratada ficará obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. Havendo interesse público, o presente contrato poderá ser rescindido conforme previsão nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Canguçu poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções;

- a) advertência – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa moratória – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,1% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
- c) multa compensatória - em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de Guia de Arrecadação, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária - de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade - para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2. A PMC aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

10.3. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4 É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea “e”, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DOE/RS), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.

10.5 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 10.1 alínea “e”, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

10.6 Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Quando necessária a modificação no valor contratual, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, servindo de base o valor unitário da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Naquilo em que for omissivo, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. e 8.666/1993.

12.2 – **A CONTRATADA** deverá atender todas as exigências da **CONTRATANTE** quanto ao cumprimento da legislação pertinente, independente de transcrição.

12.3- O presente contrato está vinculado a **Dispensa de Licitação nº 69/2020**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora **Josiane Pereira de Souza (Auxiliar Administrativo, matrícula 50.087-9)**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento fica eleito o Foro da Comarca de Canguçu - RS, por mais privilegiado que outros sejam.

14.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Canguçu, 30 de Janeiro de 2020.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL DE CANGUÇU

FRANCISCO TAVARES DA CUNHA GUIMARÃES FILHO
CONTRATADA

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: